



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 01 À CARTA-CONTRATO Nº 22/2019.

TERMO ADITIVO Nº 01 À CARTA-CONTRATO Nº 22/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. [0001900-92.2019.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 27/2019.

PRIMERIO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA SEGUROS SURA S.A., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **SEGUROS SURA S.A.**, CNPJ 33.065.699/0001-27, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 4º andar, Brooklin Novo, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, Telefone(s): (31) 3073-7300 / 99931-1277 / (11) 3556-7000/3556-7457, E-mail(s): cotacao@br.hembseguros.com.br, neste ato representada por **MARCELO POZZI PESTANA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG n. 28.011.836/SSP-SP e CPF n. 295.882.928-67, E-mail(s): marcelo.pestana@segurossura.com.br, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 2094/2020-GABDG (evento [0644421](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato n. 22/2019 (evento [0479045](#)) por mais 12 (doze) meses a partir de 08/01/2021 a 07/01/2022.

Subcláusula Primeira - O prazo de execução desta contratação será equivalente ao prazo de vigência da apólice de seguro, ou seja, de 12 (doze) meses a partir das **00:00h** do dia 07/01/2021 até as **24:00hs** do dia 06/01/2022.

Subcláusula Segunda – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total estimado deste aditivo é de **R\$ 58.627,03** (cinquenta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos), correspondente ao novo valor do Seguro (**R\$ 38.627,03**) e do valor reservado pagamento de franquia por eventual sinistro (**R\$ 20.000,00**), mencionado na Cláusula Terceira Carta-Contrato n. 22/2019 (evento [0479045](#)), que passará a constar conforme informação abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR DA PROPOSTA PRORROGAÇÃO
A)Valor do Seguro (proposta da Contratada - evento 0632945): R\$ 39.500,00 (Carta-Contrato Original) – R\$ 872,97 (desconto/bônus decorrente da prorrogação)	R\$ 38.627,03
B)Valor reservado para pagamento de franquia por eventual sinistro	R\$ 20.000,00
Valor total estimado do Termo Aditivo	R\$ 58.627,03



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Única - As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta do orçamento 2021 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 28/2020-CN](#).

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no Art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Segunda Carta-Contrato n. 22/2019 (evento [0479045](#)).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Instrumento Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de dezembro de 2020.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	MARCELO POZZI PESTANA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**ANEXO I DO 1º TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N.
22/2019****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Carta-Contrato n. 22/2019 (assinada em 25/11/2019) – Volume III do PA (evento n. 0479045) Vigência: 12 meses, a contar de 07/01/2020 até as 24:00hs do dia 06/01/2021, podendo ser prorrogada.	R\$ 59.500,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em ___/12/2020) – Volume V do PA (evento n. 0645713) Prorrogação da vigência por 12 meses, a partir das 00:00h do dia 07/01/2021 até as 24:00hs do dia 06/01/2022.	R\$ 58.627,03	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 38.627,03
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/12/2020, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO POZZI PESTANA, Usuário Externo**, em 07/01/2021, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 07/01/2021, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 07/01/2021, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SET

ASSUNTO: Análise de possibilidade de prorrogação – Contrato nº 22/2019 – Contratada: SEGUROS SURA S.A. – Serviços de seguro total para frota de veículos – Análise de Minuta de Termo Aditivo nº 1.

PARECER JURÍDICO Nº 289 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa SEGUROS SURA S.A., inscrita no CNPJ sob nº 33.065.699/0001-27, para prestar serviços de seguro para os veículos da frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 07/01/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 22/2019 ([0479045](#)), atualmente em plena execução.

02. O interesse da prorrogação do ajuste veio aos autos por meio da Informação nº 111/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET ([0632875](#)), na qual a Seção de Transportes (SET), unidade gestora, manifesta-se favorável à prorrogação do mencionado ajuste pelo mesmo período inicialmente contratado de 12 meses, demonstrando que os requisitos necessários para tal dilação foram preenchidos.

03. Consultada sobre a dilação do prazo de vigência, a contratada exteriorizou seu interesse na renovação do seguro em comento ([0633185](#)) e apresentou desconto sobre o valor do prêmio do seguro, conforme proposta juntada no evento [0632945](#).

04. Diante disso, a coordenadora de serviços gerais, considerando a possibilidade contratual e o atendimento dos pressupostos da prorrogação, solicitou a renovação da contratação de seguro de veículos, consoante Solicitação nº 124/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG ([0637688](#)).

05. Remetidos os autos para o gabinete da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) ([0633438](#)), seu titular, mediante Despacho nº 2397/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0637943](#)), determinou atualização de registro financeiro ou contábil, caso necessário, pela Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC), a elaboração de minuta do instrumento contratual pela Seção de Contratos (SECONT), e, após, análise e deliberação quanto a minuta apresentada pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG).

06. Em seguida, o coordenador de COFC informou que por se tratar de despesa prevista para o exercício 2021 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, pois depende da aprovação da Lei Orçamentária Anual 2021, atualmente em tramitação no Congresso Nacional ([PL nº 28/2020-CN](#)). Ainda, registrou que a proposta orçamentária deste Tribunal para o exercício seguinte tramita no processo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 0000058-43.2020.6.22.8000, com previsão do montante de **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais) destinado a despesas com o objeto dessa contratação pretendida.

07. Por sua vez, a SECONT juntou aos autos a minuta do Primeiro Termo Aditivo à Carta-contrato nº 22/2019 (0641955).

08. Assim, devidamente instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica (0641976). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1- Considerações Iniciais

09. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO nº 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

2.2- Da prorrogação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. A Corte de Contas admite tratar as contratações de seguro como sendo de serviços executados de forma contínua, conforme inteligência do Acórdão nº 600/2015 - TCU - Plenário.

13. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da empresa contratada e solicitação da unidade gestora da **Carta-contrato nº 22/2019**, a prorrogação pretendida é necessária para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO.

14. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses).

15. Veja-se o que estabelece a **Lei nº 8.666/93, no seu art. 57, inciso II:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas para a Administração**, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

16. O **primeiro** requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

17. Ressalte-se que **Carta-Contrato nº 22/2019** em análise admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de 07/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos, conforme



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 600/2015 - TCU – Plenário, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
- e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

18. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: ***“iguais e sucessivos períodos”***. Tal requisito encontra-se atendido, conforme se verifica do relato do gestor que sugere a prorrogação do contrato por **igual prazo da vigência inicial de 12 meses**. Sendo que assim, caso deferida pela Administração, o presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato nº 22/2019, por mais 12 (doze) meses, a contar de 09/10/2020 a 08/10/2021**, mantidas as condições e os termos atuais da contratação (Informação nº 111- [0632875](#)).

19. Cumprir registrar, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta primeira prorrogação do contrato ora em análise.

20. O terceiro e último requisito que reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

21. Segundo registrado na Informação nº 111/2020 ([0632875](#)), reiterado pela Solicitação 124 ([0637688](#)), a unidade gestora da contratação, apesar do esforço em consultar os valores com pesquisa de mercado junto a empresas do ramo de atividade de seguros para aferir a vantajosidade da prorrogação, não obteve êxito satisfatório, pois apenas a empresa MAPFRE SEGUROS apresentou proposta com o valor de R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

240.160,00 (duzentos e quarenta mil cento e sessenta reais), que supera 6 vezes o valor atual da contratação ([0632949](#)). Ainda, destacou que a contratada, em sua proposta de renovação ([0632945](#)), ofertou o valor de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos), o que corresponde um abatimento de 2,21% em relação a contratação atual.

22. Além disso, neste caso não é possível utilizar o sistema Banco de Preços, no qual rastreia contratações feitas pela Administração Pública, devido aos itens segurados guardar suas particularidades em cada processo.

23. Quanto aos requisitos contratuais presente na cláusula segunda do ajuste em comento, a coordenadora da COSEG aponta que eles foram preenchidos, conforme Solicitação 124/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG ([0637688](#)):

Requisitos Contratuais	Evento
a) prestação regular dos serviços;	0632875 Certificado pela SET.
b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;	0632875 Certificado pela SET.
c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;	0632875 Certificado pela SET.
d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e	0632945 Proposta SURA e 0632949 Proposta MAPFRE
e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.	0633185 Anuência de Renovação
Subcláusula Terceira – No caso de prorrogação desta Carta-Contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e serão observados os preços praticados à época e a manutenção da vantajosidade para a Administração. Valor Carta Contrato 022/2019 R\$	0632945 Valor Proposta prorrogação R\$ 38.627,03



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

39.500,00	
-----------	--

24. Quanto à manutenção das condições de habilitação, a unidade SEMAP informa nos autos que a contratada mantém sua regularidade fiscal, e junta os autos documento comprobatórios no evento 0632953. Devendo apenas ser atualizada antes da assinatura do contrato, tendo em vista que podem estar vencidas, como é o caso do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Certidão de Regularidade emitida da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

25. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato.

26. Por derradeiro, a minuta do Primeiro Termo Aditivo juntada aos autos ([0641955](#)) encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não necessitando de reparo em sua fundamentação. Assim, está apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

27. Contudo, há erro material no prazo de vigência do termo aditivo. Assim, o texto da cláusula primeira da minuta deverá ser alterada para: “Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato nº 22/2019 ([0479045](#)) por mais 12 (doze) meses a partir de 08/01/2021 a 07/01/2022. Além disso, para melhor compreensão dos termos da avença, faz necessário incluir a seguinte subcláusula: “O prazo de execução desta contratação será equivalente ao prazo de vigência da apólice de seguro, ou seja, de 12 (doze) meses a partir das 24:00hs do dia 07/01/2021 até as 24:00hs do dia 06/01/2022.

III – CONCLUSÃO

28. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da unidade gestora ([0632875](#)) e da COSEG ([0637688](#)), esta assessoria jurídica **não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Segunda da Carta-contrato nº 22/2019.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

29. Ressalta-se, ainda, para a necessidade de atualização da situação de regularidade da empresa **apontada no tópico 24 deste parecer**, antes da formalização do termo aditivo, porquanto vencida as certidões juntada ao evento [0632951](#).

30. Por fim, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 esta Assessoria jurídica APROVA os termos da minuta carreada ao processo pelo evento [0641955](#). **Todavia, antes de sua assinatura, deverá ser observado as alterações do tópico 27 deste opinativo.**

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 18/12/2020, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 18/12/2020, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Transporte - SET

ASSUNTO: Prorrogação da Carta-contrato n. 22/2019

DESPACHO Nº 2094 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo iniciado pela Seção de Transporte - SET, com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada na emissão de apólice de seguro total, incluindo cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis e assistência 24 horas, da frota de veículos oficiais de propriedade deste Tribunal, pelo período de 12 (doze) meses ([0437712](#)), contados a partir de 07/01/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato Administrativo nº 22/2019 ([0479045](#)), atualmente em plena execução.

Por meio da Informação 111/2020 - **PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET** ([0632875](#)) a unidade gestora noticiou que o ajuste terá sua vigência até 06/01/2021, que a Contratada manifestou sua anuência à prorrogação e apresentou sua proposta no valor de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos), correspondente à 2,21% a menos que a contratação atual ([0632945](#) e [0633185](#)). Mencionou que na pesquisa de preços efetuada no mercado, apenas a empresa MAPFRE SEGUROS apresentou proposta, com valor de R\$ 240.160,00 (duzentos e quarenta mil cento e sessenta reais) - evento [0632949](#) e a regularidade fiscal da contratada e da SUSEP estão contidas nos eventos [0632953](#) e [0632951](#), bem como a do representante legal da empresa ([0632957](#)). Por fim manifestou-se pela prorrogação da Carta-contrato n. 22/2019, por 12 (doze) meses, iniciando às 24:00 horas do dia 07/01/2021 com término às 24:00 do dia 06/01/2022.

A Coordenadora de Serviços Gerais - COSEG encaminhou ao Secretário da SAOFC a Informação 111/2020/**PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET** ([0632875](#)) e manifestou-se favorável à prorrogação, nos termos solicitados ([0637688](#)).

Pelo Despacho 2397 a SAOFC remeteu o feito à COFC, para atualização do registro financeiro e à SECONT para elaboração da minuta de termo aditivo ([0637943](#)).

Assim, veio aos autos a Informação 392/2020/**PRES/DG/SAOFC/COFC** ([0638064](#)) dando conta que, por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício de 2021, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2021, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 28/2020-CN](#). Informa, ainda, que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2021 tramita no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

Por sua vez, a SECONT elaborou a minuta de Termo Aditivo n. 01 à Carta-contrato n. 22/2019 ([0641955](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0641976](#)).

A AJDG, por meio do Parecer Jurídico n. 289 ([0643345](#)), concluiu pela possibilidade da prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Segunda da Carta-contrato nº 22/2019 e aprovou a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

minuta de termo aditivo n. 01 ([0641955](#)), contudo, recomenda a observância das alterações contidas no item 27 do referido opinativo. Por fim, ressaltou a necessidade de atualização da situação de regularidade da empresa, **apontada no tópico 24 do parecer jurídico**, antes da formalização do termo aditivo, porquanto vencida as certidões juntada ao evento [0632951](#).

A SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do prazo de vigência da Carta-contrato n. 22/2019m **por mais 12 meses a partir de 6/1/2021 com prazo final em 5/1/2022**, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto sua regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no [Inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Segunda do Contrato Originário ([0643625](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, observa-se que há previsão de prorrogação na Cláusula Segunda da Carta-contrato n. 22/2019, *ipsis litteris*:

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de 07/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 600/2015 - TCU – Plenário, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
- e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos deste Tribunal, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito **“iguais e sucessivos períodos”**, verifica-se que o presente ajuste, com vigência inicial de 12 (doze) meses,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

será prorrogado pela primeira vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses. Também, verifica-se, que o limite de vigência, previsto no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, não foi superado, pois será essa a primeira prorrogação.

Quanto ao último requisito "**preços e condições mais vantajosos para a Administração**", segundo registrado na Informação nº 111/2020 ([0632875](#)), reiterado pela Solicitação 124 ([0637688](#)), a unidade gestora da contratação, apesar do esforço em consultar os valores com pesquisa de mercado em empresas do ramo de atividade de seguros para aferir a vantajosidade da prorrogação, não obteve êxito satisfatório, pois apenas a empresa MAPFRE SEGUROS apresentou proposta com o valor de R\$ 240.160,00 (duzentos e quarenta mil cento e sessenta reais), que supera 6 vezes o valor atual da contratação ([0632949](#)).

Ainda, destacou que a contratada, em sua proposta de renovação ([0632945](#)), ofertou o valor de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos), o que corresponde um abatimento de 2,21% em relação a contratação atual.e os valores da contratação na prorrogação se mostram vantajosos, como se verifica na Informação nº 89/2020 – SEAP ([0587697](#)).

Destarte, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais e da previsão constante da Cláusula Segunda da Carta-contrato originária, **esta Diretora-Geral AUTORIZA a prorrogação do prazo de vigência da Carta-contrato n. 22/2019 ([0479045](#)), por mais 12 (doze) meses**, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto sua regularidade fiscal, antes da assinatura do termo aditivo, conforme apontado no item 24 do Parecer Jurídico 289, com fundamento no [inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) c/c a Cláusula Segunda do ajuste originário.

À SAOFC para ajuste da minuta de termo aditivo n. 1, consoante item 27 do Parecer Jurídico n. 289 ([0643345](#)) e prosseguimento do feito, com vistas à efetivação da prorrogação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 23/12/2020, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.